

# REFLEXO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS EM ÂMBITO ESTADUAL EM GOIÁS NA REDE PÚBLICA E EM COLÉGIOS MILITARES

Fernanda Caroline de Melo Pereira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

[fernanda.mpereira@seduc.go.gov.br](mailto:fernanda.mpereira@seduc.go.gov.br)

## Introdução

O presente trabalho busca analisar de que maneira as reformas educacionais têm interferido na manutenção e no crescente número de colégios militares do estado de Goiás. Baseado em estudos no que se refere as reformas educacionais podemos observar em países europeus em meados dos anos de 1990 a 2000 – 2010, tem ocorrido atualmente no cenário educacional brasileiro.

Observaremos como tem se estabelecido tais políticas públicas dentro da rede estadual de educação, em especial como tem se intensificando a reforma educacional dentro do cenário de colégios militares do sistema estadual de educação de Goiás.

## Reforma educacional

A reforma educacional é uma resposta ao modelo produtivo, uma vez que a mão de obra precisa se qualificar para os meios de produção, nada mais sensato para o mercado de trabalho em transformar a educação em um modelo empresarial, com cumprimento de metas; bonificação por meio da meritocracia; a responsabilização dos resultados para os agentes educacionais e para os alunos, eximindo o estado da responsabilidade social; competitividade e levando o espírito privado para o meio público. A escola tem ligação direta com a forma de produção. A reforma busca adaptar a escola aos objetivos econômicos e políticos ideológicos do mercado de trabalho capitalista vigente.

Observamos que dentre as reformas educacionais, em especial, no Brasil elas iniciam com o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, com o sistema de informações e avaliação educacional com a intenção de universalizar o ensino fundamental. Citamos também como política pública a criação do Fundeb, em 1996, da LDB também em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's em 1997, o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem em 1998 e o Plano Nacional de Educação PNE em 2001, sendo ele responsável por elencar metas a serem atingidas pelo país em determinados períodos, como por exemplo, o atual Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 com 20 metas a serem cumpridas.

A partir da reforma do Estado as instituições do terceiro setor passaram a assumir um papel preponderante na agenda pública com o estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar soluções. Na qual consta a divisão de responsabilidades pertinentes as questões sociais entre o Estado e a sociedade civil organizada (Peroni; Caetano, 2016).

O estudo da escola como organização burocrática tende, assim, a transferir para a escola dimensões características das organizações burocráticas, desde a rigidez (assinalada por Robert Merton), passando pela delegação de autoridade, a departamentalização e a especialização (assinaladas por Philip Selznick), até aos desempenhos mínimos aceitáveis, consagrados por regras universais e abstractas (assinaladas por Alvin Gouldner) (Lima, 2001, p. 28).

A meritocracia em Bobbio é entendida como o poder da inteligência que nas sociedades industriais, estaria substituindo o poder baseado no nascimento ou na riqueza, em virtude da função exercida pela escola, sem a qual, a seleção escolar meritocrática seria impossível de ser realizada e a função do sistema de ensino seria exatamente o de fazer com que pareçam naturais as diferenças da capacidade quando, na realidade essas diferenças decorrem da diferenciação social pré-existente.

Michael Sandel cita que a escola não pode reforçar a lógica da competição. Ele discorre a respeito da falsa ideologia em que a sociedade é dividida entre vencedores e perdedores, o autor reforça que esse não é o caminho para um ensino de qualidade; o autor defende que essa meritocracia prejudica a sociedade quando divide grupos de vencedores e perdedores. O autor ainda cita que é o premiar vencedores valorizando assim a competição a escola promove danos a educação escolar. E reforça que é necessário que a escola seja espaço de resistência a essa tendência.

Sandel argumenta que é necessário repensar a forma como a sociedade valoriza o mérito e considerar outras formas de avaliar o valor e a contribuição das pessoas, incluindo a importância do trabalho não reconhecido e subestimado. Ele também aborda questões relacionadas à educação política em mercado de trabalho explorando como essas instituições podem contribuir para “a tirania do mérito”.

Para o CNTE, a meritocracia neoliberal tem por objetivo escamotear as desigualdades no sistema de educação, sobretudo do ponto de vista da garantia dos insumos que correspondem ao custo aluno qualidade. Tenta se, a todo o custo, tirar o foco das condições de aprendizagem dos estudantes e de trabalho dos educadores para induzir o senso comum a acreditar no mérito espontâneo e individual dos sujeitos (CNTE, 2013).

## Processo de dominação

No contexto das relações sociais que são moldadas pelas lutas, existe o processo de dominação, que envolve inúmeras relações de interesse, no que se refere, por exemplo,

a assuntos econômicos. Essa dominação tende a ser estabelecida na autoridade, no poder de dar ordens, e em cada atividade seja ela tradicional, afetiva ou racional existe um tipo de dominação específica.

Chamamos de “dominação” a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer “poder” ou “influência” sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação (autoridade) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação. (WEBER, 1991 p. 139)

Assim, a dominação é a oportunidade de encontrar pessoas prontas a obedecer determinada ordem, o Estado e a dominação são duas categorias que se relacionam na construção de uma organização social.

O Estado é para falar com rigor, o órgão mesmo do pensamento social. Nas condições presentes, esse pensamento está voltado para um fim prático e, não, especulativo. O estado, ao menos em geral, não pensa por pensar, para construir sistemas de doutrinas e, sim, para dirigir a conduta coletiva. (DURKHEIM, 1983 p. 47).

O Estado só existe mediante a organização realizada por um conjunto de pessoas que obedecem a uma autoridade delegada pelos detentores de poder, que possuem uma autoridade legítima, que garante a submissão dos dominados, assim:

O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre os homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado (WEBER, 1999 p. 526).

São elementos constituintes do Estado, a autoridade e a legitimidade, e ele se configura enquanto um agrupamento de domínio, sendo imprescindível no estabelecimento das relações sociais. O domínio é uma forma social de poder, caracterizando-se pela oportunidade de um indivíduo triunfar no meio de uma relação social e ao mesmo tempo de ter pessoas dispostas a obedecer às ordens que lhes são dadas. O verdadeiro domínio se dá no Estado Moderno, que se dá na administração diária, constituído pelas mãos do funcionalismo, seja militar ou civil.

No Estado brasileiro é predominante a política de conservação do capitalismo, o Estado tem elaborado formas de dominação de direção hegemônica, para ter expressiva adesão e assim, firmar de forma neoliberalista o Estado a serviço do mercado. Nesse sentido o Estado brasileiro expressa o interesse da burguesia no desmantelamento do que

é público e delegando ao mercado a regulação dos problemas sociais e econômicos. A postura omissa dos brasileiros mediante o desmantelamento de estruturas do Estado que vem se desfazendo nos últimos anos, é resultando de uma sociedade civil que nunca constituiu uma consciência de classe.

A desigualdade social, que está relacionada intimamente à realidade da grande maioria dos brasileiros, que se encontra em situações sociais precarizadas. Partindo disso, movimentos de resistência quanto a essa realidade social são criminalizados pela grande maioria dos brasileiros e até mesmo por aqueles que ainda não construíram uma consciência de classe capaz de se compreender enquanto pertencente a esse grupo.

### Conclusão

Quando refletimos um pouco mais a fundo sobre os papéis desenvolvidos dentro dos colégios militares por professores, coordenadores pedagógicos, e comunidade escolar, fica ainda mais nítido que a lógica dos colégios militares corrobora para a prática de privatização escolar ainda que o colégio permaneça pública, pois esses agentes educacionais não possuem voz ou podem questionar a maneira como o estado implementa políticas públicas.

Arrisco afirmar que mesmo diante desse cenário pessimista, olhando sob a visão de um ensino para formação de um sujeito consciente de sua classe social, e não apenas produto de um mercado escolar; o professor dentro de sala de aula ainda é o principal sujeito formador do aluno. Para que possamos minimizar esse mercado que educação tem se tornado, é importante e necessário que o professor tenha consciência desse cenário social e cultural; e por essa razão é tão necessário que os professores permaneçam se qualificando como profissionais, bem como permaneça unido como uma classe social disposta a desvelar aos sujeitos educacionais o que o capitalismo tem tentado tornar os cidadãos apenas para mão de obra para que a máquina do estado permaneça girando a favor dos mais favorecidos.

### Referencias

BARROSO, J. *A autonomia das escolas: uma ficção necessária*. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 17, n 2, p. 49-83, 2004.

BARROSO, João. *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa, PT: Educa, 2006 (p.41-70)

Barroso, João. A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *Educação | Temas e Problemas*, 12 e 13, 2013, pp. 13-25

<http://hdl.handle.net/10451/5761>

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. *Pesquisa em eficácia: origens e trajetórias*. Belo Horizonte, MG; Editora UFMG, 2008. Pag. 335-382

BROOKE, Nigel. *Marcos históricos na reforma educacional*. Belo Horizonte, MG. – 1. Ed. – Fino Traço, 2012. Pag. 118.

CNTE, D. (2013). Documento - A meritocracia na educação brasileira. *Retratos Da Escola*, 7(12), 209–213. <https://doi.org/10.22420/rde.v7i12.275>

COUTINHO, C. N. *O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas*. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. V. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 173-200.

DEMO, P. *Três horizontes da política social/A questão do Estado*. In: \_\_\_\_\_. *Política social, educação e cidadania*, 6º Ed. Campinas: Papyrus, 2003. P. 25-54.

DURKHEIM, É. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado*. São Paulo: EDUSP, 1983. (Quarta a nona lições, p. 39-98).

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, L. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito. O que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

WEBER, M. *três tipos de dominação*. In: \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília: Editora da UnB, 1991, p. 139-167.

WEBER, M. *O nascimento do Estado racional: O Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima; Parlamentarismo e democracia*. In: \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília: Editora da UnB, 1999, p. 517-529; 568-580.